



## Mudanças morfológicas na passagem do latim ao português: um recorte no tempo e no espaço

*From riba to moirão: considerations about the lexicon of the  
Livro de Tombo da Casa da Ponte*

Pedro Antônio Gomes de Melo\*  
Universidade Estadual de Alagoas  
Maceió, Alagoas, Brasil

**Resumo:** Durante o longo período de tempo em que foi utilizado como língua viva, o latim sofreu, evidentemente, profundas transformações em diferentes níveis linguísticos até dar origem as línguas românicas, entre elas o português. Nessa direção, este artigo objetiva apresentar um recorte das relações diacrônicas ocorridas durante a dialeção do Latim e deste ao Português, em particular três tipos mudanças de caráter morfológico e seus desdobramentos no sistema nominal da língua portuguesa. Trata-se de uma pesquisa do tipo bibliográfica, fundamenta nos estudos da Gramática Histórica, em especial aos trabalhos de Almeida (1992, 2005); Coutinho (2001) e Silva (2010), em diálogo com a Linguística/Filologia Românica Bassetto (2005), Ilari (2018), Tarallo (1990) entre outros. Os resultados apontaram que, no âmbito da morfologia, a mudança mais significativa no latim que repercutiu na estrutura morfológica do português foi a desflexionalização de caso, determinando paulatinamente a alteração do tipo morfológico para o tipo sintático - por meio de expressão analítica das relações sintáticas. Por conta disso, pouco se restou dos casos e declinações do latim na língua portuguesa usada no Brasil.

**Palavras-chave:** Latim. Língua Portuguesa. Mudança Linguística. Morfologia Histórica.

**Abstract:** During the long period of time when it was used as a living language, Latin has evidently underwent profound transformations at different linguistic levels until the Romance languages, including Portuguese. In this direction, this article aims to present a clipping of diachronic relations that occurred during the dialecting of Latin and from Portuguese, in particular three types of morphological character and its developments in the nominal system of the Portuguese language. It is a bibliographic research, based on the studies of historical grammar, especially the works of Almeida (1992, 2005); Coutinho (2001) and Silva (2010), in dialogue with Linguistics/Romanesque Philology Bassetto (2005), Ilari (2018), Tarallo (1990) among others. The results pointed out that, within the scope of morphology, the most significant change in Latin that reverberated in the morphological structure of Portuguese was the case of case, gradually determining the change of morphological to syntactic type - by analytical expression of syntactic relations. Because of this, it was little left of the cases and declines of Latin in the Portuguese language used in Brazil.

**Keywords:** Latin. Portuguese language. Linguistic change. Historical morphology.

### 1 INTRODUÇÃO

Apesar de pouca tradição de estudos no campo da Morfologia Histórica no Brasil, neste capítulo, apresentar-se-á um recorte das relações diacrônicas ocorridas durante a dialeção do Latim e deste ao Português, em particular três tipos mudanças de caráter

---

\* Mestre em Letras pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e Doutor em Letras pela Universidade Estadual de Maringá/PR (UEM), área de concentração em Linguística. Atualmente, é Professor Titular da Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL). E-mail: pedro.lingua@outlook.com.

morfológico e seus desdobramentos no sistema nominal da língua portuguesa (doravante LP), quais sejam: i. a alteração do aspecto de sintetismo do latim para o analitismo no português; ii. o desaparecimento da marca dos casos e declinações latinos no sistema flexional do português; iii. a ausência da flexão de gênero gramatical neutro no português.

Como se sabe, a LP, com suas influências internas e externas, se originou de forma mediata/indireta do latim vulgar (*sermo plebeius*) e de forma imediata/direta de uma língua nascida no Norte da Península Ibérica (galego ou galego-português). Seu percurso evolutivo se deu por meio de modificações de ordem linguística (em seus diferentes níveis: fonético-fonológico, morfológico, sintático, semântico e lexical.) e de ordem extralinguística (determinantes culturais, históricos, econômicos etc.) durante o processo de dialeção do latim.

Para contextualizar tais mudanças linguísticas que distanciou – ao longo do tempo - o falar da imensa massa populacional do Império Romano do Ocidente e a escrita de textos clássicos latinos em relação ao português contemporâneo, apresentar-se-á, neste texto, diferenças morfológicas entre as variantes latinas *sermo vulgaris* e *sermo classicus* que repercutiram no atual sistema nominal da LP, em sua variedade brasileira. É oportuno dizer que o conhecimento dessas variantes latinas – vulgar e clássica – é de importância vital, pois ajuda a esclarecer a relação entre a história e a estrutura morfológica da LP.

Pontua-se que essas duas variedades latinas não se caracterizam como dois sistemas linguísticos distintos, mas duas variedades de uma mesma língua, que existiam simultaneamente e que o latim, como qualquer língua, estava suscetível a variações dialetais, socioletais e de registro e que a variante popular não foi derivada da erudita.

Este texto está dividido em duas seções: a primeira seção é de caráter expositiva e traz informações sobre a língua latina, abordando de forma concisa sua origem e suas variedades linguísticas: vulgar e clássico, com base na literatura canônica tanto no cenário nacional quanto internacional; a segunda seção é de caráter analítica e exibe uma análise comparativa de três mudanças de cunho morfológico entre o latim vulgar e o latim clássico, com seus desdobramentos na morfologia nominal da língua portuguesa atual. Ao final deste capítulo, expõem-se algumas considerações finais e as referências utilizadas nesse texto.

## **2 UMA BREVE EXPOSIÇÃO SOBRE A LÍNGUA DOS ROMANOS: PROCEDÊNCIA E VARIEDADES LINGUÍSTICAS**

Nesta seção, expositivo-histórica, busca-se apresentar um panorama geral do latim desde sua origem, pondo em foco uma contextualização ampla de suas duas principais variedades linguísticas: vulgar e clássica. Cumpre registrar que o termo variedade linguística, neste texto, designa um falar de uma região, de uma comunidade ou até mesmo dum dialeto.

Ao recorrer à abordagem genealógica, considera-se na gênese das línguas a existência de uma protolíngua (língua mãe)<sup>1</sup> - o ancestral comum - que teria dado linhagem

---

<sup>1</sup>Para a Genealogia – tal como tem sido feita – uma língua pode ter apenas uma língua-mãe (monogênese), enquanto para teorias de contato, uma língua poderia descender de duas ou mais línguas. Neste texto, adotar-se a hipótese da monogênese.

a diversas línguas, cada uma das quais teria gerado posteriormente outras línguas que foram agrupadas pela proximidade linguística e suas correlações em diversos troncos, formando o que se conhece como as famílias de línguas.

Nessa perspectiva, deu-se o nome de indo-europeu (relativo à Europa e à Índia) para se referir a essa língua hipotética, que supostamente está na origem da maior parte das línguas faladas na Europa e em outros continentes. Ela teria sido utilizada por um povo que se dispersou, por razões desconhecidas, alguns milênios antes de Cristo, espalhando-se na época pela Europa e parte da Ásia. (CARDOSO, 2006)

Ao tratar sobre a origem da língua dos romanos, Bassetto (2005) explica que, primitivamente, o latim

[...] era apenas um dialeto de Roma restrito à margem do Rio Tibre. Língua de camponeses e pastores, era rude, concreta e sem refinamento de qualquer espécie. Pertence à família indo-europeia e, dentro dela, ao grupo *kentum*. Juntamente com o osco dos samnitas, o sabélico, o volsco, o umbro e o falisco, o latim forma o grupo chamado itálico. (BASSETTO, 2005, p. 87)

Ao relacionar aspectos linguísticos da língua latina aos análogos de outra da mesma família, infere-se a possível existência de uma língua única anterior que teria dado origem ao seu ramo linguístico. Por conta desse fato, quanto ao seu parentesco linguístico, o latim faz parte da grande família das línguas indo-europeias ocidentais do grupo itálico.

No âmbito do léxico, originariamente, o latim se apresentava limitado, suas palavras mais antigas foram incorporadas do patrimônio indo-europeu e se referiam, grosso modo, ao *modus vivendi* que traduzia a vida cotidiana de seus falantes. Posteriormente, foi sendo incorporado a esse acervo, na fase das ramificações dos indo-europeus, “[...] elementos vocabulários célticos, germânicos e, sobretudo, gregos, aos quais se juntaram vocábulos mediterrâneos, em geral, e orientais.” (CARDOSO, 2006, p. 13).

Considerando o tempo histórico de uso da língua latina, há diversa propositura de periodização e classificação. Neste estudo, adotou-se a proposta de Cardoso (2006) que considera a época e as circunstâncias em que o latim foi usado. A saber:

[...] a) *Latim pré-histórico* é a língua dos primeiros habitantes do Lácio, anterior ao aparecimento dos documentos escritos. Deve ter sido falado entre os séculos XI e VII ou VI a. C.; b) *Latim proto-histórico* é o que aparece nos primeiros documentos escritos da língua. [Fragmentos da língua escrita encontrados apenas em inscrições] Deve ter sido falado entre os séculos VI e IV a. C.; c) *Latim arcaico* é a língua utilizada entre o século III a.C. e o início do século I a. C. manifesta-se em antigos textos literários – obras de Nêvio, Plauto, Ênio, Catão – bem como em epitáfios e textos legais [corresponde também aos primeiros textos literários em latim, as comédias de Plauto e Terêncio, que escrevem sob influência grega]; d) *Latim clássico* é a língua usada a partir do segundo quartel do século I a. C., quando são compostas as grandes obras que marcaram os momentos mais importantes da prosa e da poesia latina: as obras de Cícero, Virgílio, Horácio, Tito Lívio e numerosas outras figuras de relevo; e) *Latim vulgar* é a língua falada pelo povo. Como toda língua oral, esteve sujeita a alterações determinadas por diversos fatores: épocas, delimitações geográficas, influências estrangeiras, nível cultural dos falantes, etc.; f) *Latim pós-clássico* é o que se encontra nas obras literárias compostas entre os séculos I e V de nossa Era. Embora ainda surjam textos de grande valor, a língua começa a perder a

pureza e a perfeição que a haviam caracterizado no período anterior (CARDOSO, 2006, p. 7-8).

Na medida em que se ampliavam as fronteiras do Império e se desenvolvia o processo de latinização, marcava-se o início das mudanças linguísticas que o latim viria a sofrer, pois ao ser incluído dentro de um grande território passou a influenciar e ser influenciado por outros idiomas existentes na época, sobretudo em sua variedade popular de uso corrente, tais transformações ocorreram de modo gradual, constante e inconsciente.

Nesse aspecto, “não se pode entender o desenvolvimento de uma mudança linguística sem levar em conta a vida social da comunidade em que ela ocorre” (LABOV, (2008, p. 21). De um modo geral, a partir do século IV d. C., se destacavam duas variedades latinas, a primeira o *sermo urbanus* (falar da cidade) – linguagem do estrato social mais culto, também conhecido como *sermo quotidianus* (falar diário), que era a língua falada pela aristocracia de Roma mais próxima dos padrões da gramática latina tradicional, cuja forma escrita com intensão estética constitui o *sermo litterarius* (latim literário) ou *sermo classicus* (latim clássico).

A segunda, o *sermo plebeius* (falar da plebe) – linguagem da massa popular inculca que, tradicionalmente, é conhecido como *sermo vulgaris* (latim vulgar), que agrupa: *sermo rusticus* (falar dos camponeses), *sermo castrenses* e *militaris* (falar dos soldados) e *sermo peregrinus* (falar dos estrangeiros, imigrantes). (MAURER Jr., 1962; BASSETTO, 2005).

## 2.1 VARIEDADE DO LATIM VULGAR

O latim vulgar (doravante LV) corresponde à variedade coloquial dos romanos, caracterizada pelas diversidades diatópicas (formas diferentes a depender do lugar), diastráticas (diferentes características sociais dos falantes) e diafásicas (de acordo com a situação de fala) e não correspondia uma decadência da língua culta dos textos escritos na idade áurea da literatura latina.

É importante dizer que o vocábulo ‘vulgar’ e a expressão ‘latim vulgar’, termo cunhado por Friedrich Diez, é empregado, neste texto, com o sentido de popular, sem conotação pejorativa, referindo-se à língua falada e, em alguns casos, escrita em situações informais pela população romana (incluindo a aristocracia) em oposição ao latim conhecido através das obras clássicas, o latim literário.

No dizer de Melo (2020), foi uma variedade linguística

[...] que existiu em todas as épocas da língua latina que o afastava bastante da variante do latim clássico; com a expansão do Império, tornava-se cada vez mais diversificado na medida em que se disseminava com o alargamento do vasto Império Romano Ocidental (MELO, 2020, p. 5).

Sendo assim, em condições reais de uso, o LV representa a língua em sua heterogeneidade, como toda língua viva estava sujeito às forças de variação e mudança linguística determinadas por diversos fatores externo/extralinguísticos: épocas diferentes, delimitações geográficas, influências estrangeiras, nível cultural de seus falantes etc., como

também fatores de natureza interna, como os de aspectos linguísticos (morfológicos, fonológicos, sintáticos, etc.).

Seu processo de dialeção se deu início quando foi levado ao Noroeste da Península Ibérica pelos romanos em 27 a. C. “À romanização se seguiu, cinco séculos depois, em 441, a invasão dos suevos, povo germânico que dominou a região e adotou a língua ali falada, isto é, latinizou-se linguisticamente.” (FARACO, 2019, p. 92).

Nesse aspecto, Spina (2008) explica que o LV

[...] evidentemente se transformou com o tempo; entre uma conquista e outra muitas vezes decorriam séculos, e a língua imposta nas diversas regiões se apresentava, com certeza, distinta. Assim, o latim levado para a Península Ibérica, por exemplo, em 197 a.C. mais ou menos, deve ter sido mais arcaico que o levado para Dácia em 107 d.C. (SPINA, 2008, p. 27).

Na dimensão sociolinguística, sabe-se que LV correspondia ao grupo de variantes populares usadas por todas as camadas da população e existiu em todas as fases da língua latina, refletindo a estratificação social de Roma. Por ser a língua dos romanos oralmente dissipada pelas regiões conquistadas, ela apresentava inúmeras transformações linguísticas em relação à variedade língua clássica.

A língua não é uma estrutura estática, por conseguinte, trazia formas diferentes dependendo do seu tempo histórico de uso e do lugar onde fora usado. Assim, deduz-se o quão era diferente o latim do século III no norte da África e o latim da Península Ibérica no mesmo período, por exemplo. Esses ‘latins’ se resumem no chamado *sermo plebeius* tradicionalmente conhecido como *sermo vulgaris*.

Em linhas gerais, pertencia a uma população pouco ou quase nada escolarizada, que não tinha acesso à leitura e à escrita, e apresentava um conjunto de inovações gramaticais em relação à variedade do latim clássico. Teve sua origem nos meios plebeus e cercanias, sendo essencialmente, a fala da plebe romana (*plebs*), embora “[...] muito de seus característicos se infiltrassem no seio da classe média e até das classes mais altas, sobretudo na época imperial.” (MAURER Jr., 1962, p. 5).

Por se trata de uma variedade linguística heterogênea, propícia a variações e mudanças que ocorreram de forma ordenada e ao longo do tempo. O LV se tornou a matriz comum de todas as línguas românicas, a esse respeito Silva Neto (1986) destaca três causas fundamentais - temporal, étnica e político-social - nesse processo, quase sejam:

A causa cronológica considera a evolução da língua pelo tempo. Dito de outra forma: o latim difundido pelos países a fora não era o mesmo, sendo considerado cada vez mais hodierno; a causa étnica considera a mestiçagem linguística que o latim vulgar sofreu, Aas influências como indígenas e muitas outras foram experimentadas por ele; a causa político-social considera a relevância da descentralização do poder de Roma, que possibilitou a formação de diversas regiões linguisticamente distintas.

Em razão do intenso contato com as línguas dos diversos povos dominados, o LV se popularizou com a expansão do Império Romano, tornando-se cada vez mais diversificada na medida em que era disseminada juntamente com o alargamento territorial do vasto Império.

Embora sejam escassas as fontes de que se dispõe para sua (re)constituição, uma das principais é o *Appendix Probi*<sup>24</sup>, escrito composto de uma lista de 227 variações linguísticas, apresentada em formato de glossário, destinada a corrigir possíveis desvios da norma culta clássica registrada nas grandes obras. Por meio dele, pode-se evidenciar que a língua do povo se distanciava do latim clássico. Além dessa fonte, aponta-se também:

[...] Os diálogos das comédias de Plauto (séc. III-II a. C.), que registram algumas formas populares da língua, os poemas de circunstância de Catulo (séc. I a. C.), bilhetes em versos, de caráter muitas vezes jocoso, endereçados a pressupostos amigos -, algumas das cartas de Cícero (séc. I a. C.) dirigidas a familiares, inscrições cristãs, feitas sem nenhuma preocupação literária, textos edificantes cristãos (CARDOSO, 2006, p. 8).

Do mesmo modo, recorrendo a Coutinho (2011), cita-se ainda:

[...] Os poucos informes que temos do latim vulgar são-nos ministrados: a) pelos trabalhos dos gramáticos, na correção das formas errôneas usuais; b) pelas obras dos comediógrafos, quando apresentam em cena pessoas do povo, falando; c) pelas inscrições, que nos legaram humildes artistas plebeus; d) pelos cochilos dos copistas; e) pelos erros ocasionais dos próprios escritores cultos, principalmente dos últimos tempos (COUTINHO, 2011, p. 31).

Com visto, o LV foi composto por diferentes variedades latinas mescladas a outros falares, era uma língua eminentemente oral e, por isso, sua reconstituição é árdua e problemática. Ademais, a tradição não deixou uma ampla documentação para atestá-la.

## 2.2 VARIEDADE DO LATIM CLÁSSICO

O latim clássico (doravante LC) era o instrumento linguístico literário, *sermo litterarius*. Costuma-se considerar como marco inicial da literatura latina a tradução para o latim do poema épico grego do século IX a.C., *Odisséia*, feita por Lívio Andronico nas proximidades de 240 a. C.

O LC correspondia à variedade linguística usada pelos escritores do período clássico da literatura latina, entendido geralmente como as épocas de Cícero e de Augusto, como também pelos grandes poetas, prosadores, filósofos, retóricos da Antiguidade Romana, durante o segundo quartel do século I a. C.

Segundo Faria (1958, p. 5-6), era manobrada

[...] com maestria pelos vigorosos escritores da época áurea da literatura latina, não saiu já assim burilada do primitivo indo europeu. Fruto sazornado de uma prolongada elaboração, representa esse momento o seu maior esplendor, que no decurso de sua alongada história fora precedido de vários estágios perfeitamente demarcados. (FARIA, 1958, p. 5-6).

---

<sup>24</sup>[...] O nome de *Probi* decorrente do fato de esta fonte ter sido encontrada anexada a um texto gramatical de Valério Probo, que viveu no século I d.C. e daí terem alguns preferido, inicialmente, a expressão *Appendix ad Probum*.” (ARAÚJO, 2012, p. 98.)

O LC, por ser uma modalidade escrita e idealizada, não registrava variantes em nível diatópico ou diastrático como ocorria no LV. Em razão disso, tornou-se uma variedade cada vez mais artificial e de uso restrito aos letrados.

Nas palavras de Williams (1975, p. 15):

[...] Enquanto a língua das classes cultivadas (o latim clássico) se tornava cada vez mais uniforme sob a influência estabilizadora da cultura e do aprendizado, a língua do povo (o latim vulgar) se tornava cada vez mais diversificada na medida em que se disseminava com a expansão do vasto Império Romano. O latim clássico se tornava uma língua morta, enquanto o latim vulgar se desenvolvia nas chamadas línguas neolatinas ou românicas.

Vale dizer que a grande diferença entre essas duas variedades latinas não é cronológica, nem exclusivamente ligada à escrita, mas social e culturalmente constituída. Sendo assim, atesta-se que elas

[...] refletem duas culturas que conviveram em Roma: de um lado uma sociedade fechada, conservadora e aristocrática, cujo primeiro núcleo seria constituído pelo patriciado; de outro, uma classe social aberta a todas as influências, sempre acrescida de elementos alienígenas, a partir do primitivo núcleo da plebe. (ILARI, 1992, p. 61)

A classe culta de Roma, o patriciado, era uma elite conservadora caracterizada pela educação e por costumes refinados, procuraram ainda, por muito tempo, manter um uso normativo do latim. Porém, com a fragmentação do Império Romano do Ocidente, aproximadamente em 476 d. C., as escolas foram fechadas e a nobreza desbancada, logo não havia mais os elementos unificadores da língua. Como consequência, o latim perdeu a sua unidade como língua, se ramificando em diversos falares locais que se desenvolveriam, posteriormente, nos idiomas românicos modernos, entre eles, o português.

### **3 TRÊS TIPOS DE MUDANÇAS MORFOLÓGICAS IDENTIFICADAS ENTRE O LATIM VULGAR E O LATIM CLÁSSICO QUE REPERCUTIRAM NA ESTRUTURA MORFOSSINTÁTICA DA LÍNGUA PORTUGUESA**

Nesta seção analítica, tratar-se-á, com base em uma descrição linguístico-histórica, de algumas mudanças de cunho morfológico que ocorreram na passagem do latim – vulgar e clássico - ao português, quais sejam: i. a alteração do aspecto de sintetismo do latim para o analitismo no português; ii. o desaparecimento dos casos e declinações latinos no sistema flexional do português; iii. a ausência da flexão de gênero gramatical neutro no português.

Os pontos aqui apresentados, amparam -se, a princípio, na pesquisa bibliográfica que, não se esgota em si mesma, mas subsidia, ancorada na literatura especializada em obras basilares de autores e estudiosos da Língua Latina e da Língua Portuguesa como: Coutinho (2011); Teyssier, 2009; Almeida (1992, 1995); Williams (1975); Faria (1958) entre outros.

### 3.1 A ALTERAÇÃO DO ASPECTO DE SINTETISMO DO LATIM PARA O ANALITISMO NO PORTUGUÊS

O LC, em sua morfossintaxe e ao contrário das línguas românicas – o português, inclusive, consistia numa língua sintética, isto é, cada palavra possuía terminações próprias e as diferentes estruturas morfológicas e funções sintáticas eram expressas pela flexão por meio de terminações fixadas no fim dos vocábulos, indicando diferentes categorias semânticas e sintáticas exercidas por eles na oração.

Como são várias as funções sintáticas representadas pelos casos latinos: *nominativo*: sujeito, predicativo do sujeito, *genitivo*: adjunto adnominal restritivo, *dativo*: objeto indireto, *acusativo*: objeto direto, *vocativo*: chamamento, *ablativo*: agente da passiva e adjunto adverbial, e ainda, os antigos casos *locativo* e *instrumental* que “deixaram de ser usados já em épocas remotas, e suas funções foram absolvidas na maioria das vezes pelo ablativo.” (GARCIA, 2000, p. 26). Embora o locativo possa ser representado de outras formas. No LC, restaram apenas os seis primeiros casos.

Nesse rumo, forçosamente, os casos exibem diferentes terminações. Dessa forma, usava-se uma quantidade menor de palavras para compor um enunciado em latim, por exemplo:

(1a.) *Poëta pulchram rosam feminae dat.*

(1b.) O poeta dá uma bela rosa para a mulher.

Ao comparar as duas sentenças acima, percebe-se que a frase latina (1a.) se apresenta mais sintética em relação a sua versão em português (1b.), em virtude de a marca morfológica dos casos no final dos vocábulos dispensar o uso de artigo e de preposição presentes na frase em português, i. é., quando as preposições e os artigos estão explícitos em português, os mesmos estão implícitos nas desinências casuais que compõem os vocábulos da frase latina.

Dito isso, é possível constatar que o LC era mais conciso do que LV e do que a LP, pois ele se caracteriza pelo uso apenas de palavras essenciais ao entendimento. Assim, podia-se omitir palavras, expressões e categorias que nas línguas românicas modernas não se pode como: artigo, pronomes, alguns advérbios e outras partes do discurso que são necessárias nessas línguas.

Outro ponto a destacar no percurso da mudança do aspecto de sintetismo para o analitismo, trata-se da tendência de uso de formas analíticas no LV em substituição às formas sintéticas para o emprego de superlativos (por exemplo: *justissimus*) e de comparativos (por exemplo: *certior*) do LC. Nesse particular, progressivamente, foi ocorrendo a predominância de uso das formas sintéticas do grau dos adjetivos, (por exemplo: *altior* ‘mais alto’ etc.) em substituição a formas analíticas (por exemplo: *plus/magis altus*, ‘mais alto’, *plus/magis certus* ‘mais certo’, *multum/justus* ‘muito justo’ etc.).

De forma análoga, ainda analisando o percurso da mudança do aspecto de sintetismo para o analitismo, tem-se a substituição do uso de forma verbal de infinitivo por forma verbal analítica, por exemplo:

(2a.) *Vulgus terra rotundam esse dicit.*

(2b.) O povo diz a terra ser redonda.

Como se observa no enunciado (2a.), o uso da forma verbal de infinitivo (*esse* ‘ser/estar’) será substituída por uma forma verbal analítica (*est* ‘é/está’) no enunciado (3a):

(3a.) *Vulgus dicit quod terra est rotunda.*

(3b.) O povo diz que a terra é redonda]

Tais mudanças ocorreram devido a causas fono-fonéticas (processos fonológicos em evolução) e morfossintáticas (emprego de preposições e da ordem direta: SVO), para compensar o empobrecimento da morfologia dos nomes, a ordem das palavras tornou-se mais rígida viabilizando a alteração do aspecto sintético para um aspecto mais analítico o que contribuiu, consideravelmente, para a independência sintática dos constituintes na frase latina.

### 3.2 O DESAPARECIMENTO DOS CASOS E DECLINAÇÕES LATINOS NO ATUAL SISTEMA MÓRFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA

A estrutura morfossintática do sistema flexional nominal do LC, que marcava o número, o gênero e a função sintática dos nomes, já não estava mais presente em sua completude no LV. Conforme Coutinho (2011), essa redução na morfologia nominal foi proveniente da confusão na fala popular do uso da 5ª. declinação (*glacies, ei*, ‘gelo’) com a 1ª. (*glacia, ae*, ‘gelo’) e da 4ª. (*fructus, us*, ‘fruto’) com a 2ª. (*fructus, i*, ‘fruto’), resultando um novo paradigma de três declinações no LV: 1ª., 2ª. e 3ª. declinações.

Em outros termos, a 4ª. e 5ª. declinação existentes no LC foram incorporadas pelas três primeiras (1ª., 2ª. e 3ª. declinação) e houve também o desaparecimento de todos os casos, com exceção do *nominativo* e do *acusativo*. Posteriormente, com a queda do nominativo, no português arcaico, a distinção de caso se extinguiu, permanecendo apenas a flexão de número do LC. Com efeito, os substantivos e os adjetivos da LP conservam, quase que na sua totalidade, uma forma oriunda do acusativo latino (caso lexicogênico do português), que passou a exercer a função de sujeito, de objeto verbal e de objeto preposicionado. (MONARETTO; PIRES, 2012).

Poggio (2002, p. 84) explica que já no período clássico,

[...] muitos casos apresentavam formas idênticas para expressar relações diferentes. Mais tarde, com as mudanças fônicas (apócope do **-m**, marca do acusativo singular; a identidade estabelecida entre **-o** e **-u** finais; a perda da distinção de quantidade, como por exemplo, na primeira declinação **-a** para o nominativo, **-a** para o ablativo e **-a(m)** para o acusativo etc.), as desinências causais tornaram-se, pouco a pouco, semelhantes e, conseqüentemente ambíguas (POGGIO, 2002, p. 84, grifo da autora).

Pelo dito, constata-se que, de fato, houve mudança do caso morfológico latino para o caso sintático no português, ocasionando redução em todas as cinco declinações,

o caso nominativo, pela semelhança de suas terminações absorveu o caso vocativo; já os casos genitivo, dativo e ablativo se tornaram desnecessários em virtude do emprego mais frequente de preposições para marca-los morfossintaticamente.

A complexa morfologia flexional dos nomes, em LV, passou por um processo de simplificação, sobretudo por motivações fônicas, durante a dialeção do latim para as línguas românicas, sendo reduzidos pouco a pouco. Com o desaparecimento do caso nominativo em LP, “a distinção casual terminou. Apenas a flexão de número permaneceu. A forma oriunda do acusativo latino passou a exercer a função de sujeito, de objeto de um verbo e de objeto de uma preposição.” (WILLIAMS, 1975, p. 123).

Neste contexto de mudanças, pode-se inferir que, por haver muitas confusões de uso de marcas casuais no registro cotidiano do latim, em razão de as terminações de muitos casos e de gêneros diferentes se tornarem idênticas, os falantes, seguindo uma tendência natural de simplificação linguística, buscavam facilitar a compreensão da língua falada adaptando-a e transformando-a lenta e gradualmente; quer seja pela queda de consoantes finais (apócope); quer seja pelo desaparecimento do acento melódico (quantidade silábica), nivelando-a prosodicamente a formas mais simples.

Nesse particular, a ordem das palavras na frase era mais livre, apesar de haver uma preferência pela ordem inversa no LC e o uso das preposições se restringia aos casos acusativo e ablativo apenas para indicar o tipo de circunstância que acompanhava tal função. Todavia, no LV, não havia um rigor na ordem das palavras na oração.

Com a progressiva perda das marcas de caso e, posteriormente, com a queda do nominativo, no português arcaico, a distinção de caso se extinguiu, permanecendo apenas a flexão de número do LC. Isso ocorreu em razão de semelhanças de desinências casuais que acarretavam “[...] dificuldades ao homem do povo, principalmente em se tratando de províncias mais distantes do poder central, sediado em Roma” (IVO, 1978, p. 88), a variante popular passou a apresentar uma simplificação na estrutura morfológica e sintática do latim.

Na base de tal ideia, a literatura especializada aponta geralmente dois fatores preponderantes que ocasionaram a redução de marca flexional dos casos no LV, quais sejam: a perda de material fonético (processos fonológicos, metaplasmos) e a redundância (preposições como elementos determinantes da função sintática como substitutivo das marcas de caso).

Nesse processo de perdas e inovações no LV, as funções sintáticas passaram a ser expressadas por meio de preposições e a ordem das palavras passou de sujeito + objeto + verbo (SOV), ordem habitual no LC, para sujeito + verbo + complemento (SVO), apesar de outras ordens também ocorrerem, mas eram pouco produtivas, em termos de frequência de uso.

Em LC, os condicionamentos SOV era predominante em razão da presença das terminações de caso nas palavras, assim, havia uma maior liberdade na disposição linear dos vocábulos, com essa perda no LV, fez-se necessária uma ordem mais fixa das palavras: SVO. Com isso, a acomodação das palavras se simplificou e sua ordem obedecia à rigorosidade de colocação, essa característica se consolida na sintaxe da língua portuguesa.

O professor Ivo (1978, p. 74) explica que

[...] No português, são instrumentos gramaticais, por excelência, as preposições e as conjunções. No latim, as conjunções. Quanto às preposições, assumem tal valor, na sua plenitude, no latim vulgar, pelo menos a partir do momento em que podemos estudá-las em documentos escritos (IVO, 1978, p. 74).

A simplificação da declinação nominal latina se deu pelo processo de dialeção do latim que produziu um apagamento de muitas de suas formas, sobrevivendo apenas duas formas oriundas do acusativo latino (uma para o singular e outra para o plural). Nesse sentido, as terminações casuais das declinações foram reduzidas, ao longo do tempo, no uso real da língua, desaparecendo posteriormente da morfologia da língua portuguesa.

Com a perda progressiva das desinências finais átonas de caso, há uma preferência de uso de preposições em substituição às terminações, contribuindo, assim, para a mudança no sistema flexional do LV e, como consequência, no português. Dessa forma, a posição dos vocábulos na frase e o uso regencial da preposição (que tornaram dispensáveis as terminações de casos) converteram-se nos dois marcadores sintáticos por excelência.

### 3.3 A AUSÊNCIA DA FLEXÃO DE GÊNERO GRAMATICAL NEUTRO LATINO NO PORTUGUÊS

Na língua latina, havia três gêneros gramaticais: o masculino, o feminino e o neutro. O neutro era utilizado para designar seres inanimados ou assexuados aos quais não se poderia atribuir nem o sexo masculino nem o feminino. Cumpre ressaltar que a identificação dessa categoria de gênero, juntamente com a de número e a de caso, era apontada simultaneamente “por uma única e mesma forma nominal.” (FARIA, 1958, p. 57). E ainda, no primitivo indo-europeu, “o gênero gramatical dos substantivos fundamentava-se no sexo real e por isso os seres inanimados eram do gênero neutro (*neuter*= nem um nem outro). Tal distinção [no latim], porém, tornou-se, fundamentalmente falando, uma superfluidade.” (SILVA, 2014, p. 115)

Pelo supracitado, observa-se que embora o latim tivesse conservado o gênero neutro do indo-europeu, seu uso não era rigoroso, sobretudo no LV e era comum os inanimados serem categorizados pelo gênero masculino e feminino, uma vez que gênero/sexo natural nem sempre corresponde ao gênero gramatical. Essa diferença que supostamente regia o indo-europeu, com o tempo, “logo perdeu todo vínculo com a realidade objetiva e o gênero se tornou uma categoria exclusivamente gramatical e, portanto, arbitrária.” (BAGNO, 2007, p. 30).

Para explicitar e espelhar essa superfluidade, citar-se Faria, (1958, p. 57) que apresenta alguns exemplos de uso morfológico no âmbito do gênero latino:

[...] substantivos que designam objetos e seres inanimados pertencem ao gênero masculino ou feminino: mensa “mesa”, pirus “pereira”, manus “mão”, memoria “memória”, etc. são femininos; enquanto que pes “pé”, riuus “regato”, ager “campo”, mensis “mês”, etc. são masculinos. A forma da palavra também não é bastante para determinar o gênero gramatical de um vocábulo. Lupus, pirus e uirus “veneno”, todos da mesma forma e pertencentes à mesma declinação, à segunda, são, entretanto, de gêneros diferentes: lupus é masculino, pirus, feminino, e uirus, neutro (FARIA, (1958, p. 57).

Na verdade, a motivação para a distinção entre os gêneros no indo-europeu não foi, em absoluto, a diferenciação dos sexos, mas a oposição entre os seres animados e inanimados (ou coisas).

Nas palavras de Faria (1958):

[...] a primitiva divisão dos gêneros seria esta: os substantivos que designavam seres vivos, bem como os adjetivo ou pronomes que a eles se referissem, pertenciam ao gênero animado, enquanto que os substantivos que designassem coisas, ou os adjetivos ou pronomes que a eles se referissem, pertenciam ao gênero inanimado. Deste modo, o gênero animado compreendia sem distinção o masculino e o feminino, enquanto que o inanimado, o neutro (FARIA, 1958, p. 63).

De mesma forma que ocorreu a redução das declinações nominais no LV, o terceiro gênero gramatical, o neutro do LC, perde força e praticamente desaparece no *sermo plebeius*, seu uso linguístico se torna difícil e sua distribuição arbitrária, visto que, muitas vezes, não obedecia a regras fixas nem lógicas. Conseqüentemente, os três gêneros presente no LC foram reduzidos a dois no LV: masculino e feminino e assim se estabeleceu na morfologia da LP atual.

A morfologia nominal do latim, quanto ao gênero gramatical, era assim distribuída (BAGNO, 2007):

i. Os nomes que compunham a primeira declinação, cuja terminação se dava em -a, eram quase todos femininos, não havendo nomes neutros, motivo pelo qual essa terminação passou a designar os nomes femininos em Português.

ii. Os nomes que compunham a segunda declinação eram, em sua maioria, masculinos e neutros. Logo, a terminação em -o (acusativo singular -um > -u > -o) acabou por se tornar a característica dos nomes masculinos; os neutros, por sua vez, devido à semelhança de sua desinência com os nomes masculinos, também passaram a esse gênero, como em *templum* > *templu* > *templo*. Quando no plural, em razão da terminação -a, houve confusões com o gênero feminino. Portanto, as palavras neutras plurais do Latim passaram a femininas singulares no Português, como *folia* (neutro plural) –folha (feminino singular).

Dito de outra forma: como no Latim não se podia aplicar a todos os nomes de coisas o gênero neutro, o seu desaparecimento nas línguas neolatinas foi uma consequência bastante natural. Primeiramente, pela redução a dois, seguindo uma tendência a tornar masculinos os nomes neutros, quando no singular, por exemplo: *fatum*, *i* (neutro, ‘o feito’) e *fatus*, *i* (masculino, ‘o feito’), e os nomes femininos, quando no plural, por exemplo: *folia i* (neutro, ‘as folhagens’) e *folia, ae* (feminino, ‘as folhagens’); e por fim, a ausência da flexão de gênero gramatical neutro latino no português<sup>3</sup>, deixando de existir como categoria gramatical na LP.

---

<sup>3</sup> Como uso de resquícios do gênero neutro latino no português, autores como Almeida (2005), Bagno (2007), Cardoso (2006), Santos Sobrinho (2013), Silva (2010), entre outros, apontam quatro demonstrativos que ainda refletem a carga do gênero neutro latino, extinto na Língua Portuguesa como gênero gramatical, quais sejam: isto, isso, aquilo e o.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao olhar o passado para compreender o presente da língua portuguesa, percebe-se que as transformações de cunho morfológico ocorridas no latim vulgar foram determinadas, sobretudo por fator fônico, em razão de um grande número de variantes faladas durante a dialeção do latim ao português. Se por um lado, tais mudanças representam perdas e simplificações; por outro lado, elas foram, de certa forma, compensadas pelas inovações conservadas na atual configuração estrutural da língua portuguesa.

No âmbito da morfologia, pode-se considerar que a mudança mais significativa entre *sermo vulgaris* e *sermo classicus* que repercutiu na estrutura morfológica da língua portuguesa foi a desflexionalização de caso, determinando paulatinamente a alteração do tipo morfológico para o tipo sintático - por meio de expressão analítica das relações sintáticas. Por conta disso, pouco se restou dos casos e declinações do latim na língua portuguesa usada no Brasil.

Nesse processo, pontua-se que a 4<sup>a.</sup> e 5<sup>a.</sup> declinação existentes no LC foram incorporadas pelas três primeiras (1<sup>a.</sup>, 2<sup>a.</sup> e 3<sup>a.</sup> declinação) e houve também o desaparecimento dos casos, exceto o *nominativo* e o *acusativo*. Em seguida, ocorreu a queda do caso nominativo e a distinção casual se extinguiu, permanecendo apenas a flexão de número do latim.

No âmbito do gênero gramatical, o *sermo classicus* apresentava: o masculino, o feminino e o neutro, este último era utilizado para designar seres inanimados aos quais não se poderia atribuir nem o sexo masculino nem o feminino. No entanto, como a indicação do gênero real (ou suposto) dos seres nem sempre era de fácil suposição *sermo vulgaris*, o neutro tendeu à queda e, conseqüentemente, se manteve como categoria gramatical na língua portuguesa.

Por fim, espera-se que este estudo de Morfologia Histórica sobre um recorte das relações diacrônicas do latim ao português possa contribuir para uma melhor compreensão da Língua Portuguesa do Brasil, em sua formação, sua estrutura e seu funcionamento.

#### REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Gramática Latina*: curso único e completo, 24. ed., São Paulo: Saraiva, 1992.

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Gramática Metódica da Língua Portuguesa*. 45. ed., São Paulo: Saraiva, 2005.

ARAUJO, Ruy Magalhães de. *Fontes do Latim Vulgar*. Soletas, [S.l.], n. 5-6, p. 96- 115, dez. 2012.

BAGNO, Marcos. *Gramática Histórica*: do latim ao português brasileiro, Brasília: UNB, 2007.

BASSETTO, Bruno Fregni. *Filologia Românica: História Externa das línguas*. 2 ed. São Paulo: Edusp, 2005.

CARDOSO, Zélia de Almeida. *Iniciação ao latim*. 6. ed. São Paulo: Ática, 2006.

COUTINHO, Ismael de Lima. *Gramática histórica*. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2011.

FARACO, Carlos Alberto. *História do português*. São Paulo: Parábola, 2019.

FARIA, Ernesto. *Gramática Superior de Língua Latina*. 14. ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1958.

GARCIA, Janete Melasso. *Introdução à teoria e prática do latim*. 2. ed. rev. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2000.

ILARI, Rodolfo. *Linguística Românica*. São Paulo: Contexto, 2018.

IVO, Oscarino da Silva. *Introdução ao estudo do latim vulgar: a coordenação e a subordinação*. Ensaios de Literatura e Filologia. 1978, p. 73-99.

LABOV, William. *Padrões sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MAURER JR., Theodoro Henrique. *O Problema do Latim Vulgar*. Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica, 1962.

MELO, Pedro Antonio Gomes de. A história externa da Língua portuguesa: do Latim ao Português. *Revista do DLCV/UFPB*, João Pessoa, PB, v. 16, n. 1, e020007, jan./jun. 2020. p. 1-15.

MONARETTO, Valéria Neto de Oliveira; PIRES, Caroline de Castro. O que aconteceu com o Gênero neutro Latino? Mudança da Estrutura Morfosintática do Sistema Flexional nominal durante a Dialectação do Latim ao Português Atual. *Revista Mundo Antigo – Ano I, V. 01, N. 02– Dez. – 2012*, p. 155-172.

POGGIO, Rosaura Maria Galvão Fagundes. *Processos de gramaticalização de preposições do latim ao português: uma abordagem funcional*. Salvador: DUFBA, 2002.

SANTOS SOBRINHO, José Amarante. *Dois tempos da cultura escrita em Latim no Brasil: o tempo da conservação e o tempo da produção*, 2013, 1.204s. Tese (Doutorado Língua e Cultura), Universidade Federal da Bahia, Salvador.

SILVA NETO, Serafim da. *Introdução aos estudos da Filologia Portuguesa*. 2. ed. ver. e ampl. por Evanildo Bechara e Joram Pinto de Lima. Rio de Janeiro, Grifo, 1986.

SILVA, José Pereira da. *Gramática histórica da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Intragráfica Editorial, 2010.

SPINA, Segismundo. (org.) *História da língua portuguesa*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.

TARALLO, Fernando. *Tempos linguísticos: Itinerário histórico da língua portuguesa*. SP: Ática, 1990.

TEYSSIER, Paul. *História da Língua Portuguesa*. Trad. port. de Celso Cunha: Martins Fontes, 2009.

WILLIAMS, Edwin Bucher. 1938, *From Latin to Portuguese. Historical Phonology and Morphology of the Portuguese Language*. Trad. port. de Antônio Houaiss: Do Latim ao Português. Fonologia e Morfologia Históricas da Língua Portuguesa. 2. ed. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1975.